



Solidariedade intelectual: Aproximando interseccionalidade e hermenêutica reconstrutiva nas pesquisas em educação

*Aldenora Conceição de Macedo**
*Catia Piccolo Viero Devechi***

Resumo: O artigo tem como objetivo apresentar um diálogo entre as abordagens da interseccionalidade e da hermenêutica reconstrutiva no contexto das pesquisas em educação. A universalização discursiva e a abertura ao “outro”, inerentes à hermenêutica reconstrutiva, aproximam-se do propósito de desmarginalizar o “outro”, próprio da interseccionalidade, partindo das margens para o centro. A hermenêutica reconstrutiva, articulada à interseccionalidade, pressupõe considerar que as relações são constituídas mutuamente a partir de acertos comunicativos. Trata-se de abordagens que reconfiguram o olhar individualista, característico dos métodos científicos tradicionais, oferecendo à pesquisa em educação possibilidades investigativas mais dialogadas, argumentadas e horizontalizadas. A compreensão é de que a abertura crítica diante do “outro”, de ambas as abordagens, pode viabilizar a construção e reconstrução continuada dos saberes da área diante das demandas da pluralidade e de seu mundo da vida.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Hermenêutica reconstrutiva. Pesquisa em educação.

* Doutoranda em educação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora de educação básica no Governo do Distrito Federal. E-mail: aldenora.acm@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2346184860773342> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0311-3647>

** Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: catiaviero@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6590940954598232> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5147-1609>.

Intellectual solidarity: approaching intersectionality and reconstructive hermeneutics in education research

Abstract: The article aims to present a dialogue between the approaches of intersectionality and reconstructive hermeneutics in the context of research in education. The discursive universalization and openness to the “other”, inherent to reconstructive hermeneutics, approach the purpose of demarginalizing the “other”, characteristic of intersectionality, starting from the margins towards the center. Reconstructive hermeneutics, articulated with intersectionality, presupposes considering that relationships are mutually constituted from communicative successes. These are approaches that reconfigure the individualistic view, characteristic of traditional scientific methods, offering research in education possibilities that are more dialogued, argued and horizontalized. The understanding is that the critical opening towards the “other”, of both approaches, can enable the continued construction and reconstruction of knowledge in the area in light of the demands of plurality and its world of life.

Keywords: Intersectionality. Reconstructive hermeneutics. Education research.

Solidaridad intelectual: aproximación a la interseccionalidad y a la hermenéutica reconstructiva en la investigación en educación

Resumen: El artículo pretende presentar un diálogo entre los enfoques de la interseccionalidad y la hermenéutica reconstructiva en el contexto de la investigación en educación. La universalización discursiva y la apertura al “otro”, inherentes a la hermenéutica reconstructiva, se acercan al propósito de desmarginalizar al “otro”, propio de la interseccionalidad, partiendo de los márgenes hacia el centro. La hermenéutica reconstructiva, articulada con la interseccionalidad, presupone la consideración de que las relaciones se constituyen mutuamente a partir de acuerdos comunicativos. Se trata de enfoques que reconfiguran la mirada individualista, característica de los métodos científicos tradicionales, ofreciendo posibilidades de investigación en educación más dialogantes, argumentativas y horizontales. Se entiende que la apertura crítica ante el “otro”, desde ambos enfoques, puede permitir la construcción y reconstrucción continua del conocimiento en el área frente a las exigencias de la pluralidad y su mundo de vida.

Palabras clave: Interseccionalidad. Hermenéutica reconstructiva. Investigación en Educación.

Considerações iniciais

Hermenêutica reconstrutiva é um método não tradicional que compreende a busca, por meio da problematização da fala/texto, entre concordâncias e discordâncias, de uma universalização discursiva. Trata-se de uma abordagem que objetiva alcançar saberes que possam ser benéficos a todas/os. Por meio do enfoque na universalização discursiva, pretende trazer para a coletividade a reconstrução de saberes amplamente discutidos e pacificados entre diferentes sujeitas/os, em que os dissensos pressupõem o direito à participação no diálogo, à busca pela compreensão voltada ao bem comum, assim como diz respeito ao dever de quem fala, da apresentação de razões/argumentos, justificações; os diferentes pontos de vistas baseados no mundo da vida, ou na vida comum, interagindo com vistas a um entendimento mútuo. É contrária, portanto, à universalização hegemônica, verticalizada, tão criticada em pesquisas que tratam de políticas de identidade e/ou que tomam os marcadores sociais¹ como base para suas discussões. Assim, trata-se de uma ideia de universalização que não busca apagar identidades, mas construir vivências coletivas a partir de uma posição que tenha o mundo compartilhado como base e orientação.

Ao utilizar a abordagem da hermenêutica reconstrutiva nas pesquisas em educação, torna-se possível reconstruir o posicionamento de análises que se estabelecem a partir do centro, e voltar o olhar para as “margens”, um giro no qual pesquisadoras e pesquisadores assumem a postura de tomar o “outro” como princípio e como referência.

¹ Utilizamos o termo “marcadores sociais” para nos referirmos a gênero, raça, sexualidade, classe, religiosidade, nacionalização etc., ou seja, para nos referirmos tanto ao que é natural quanto ao que é cultural, construção social, que servem como características que posicionam as/os sujeitas/os na sociedade, e interferem nas diferentes experiências vividas e relações estabelecidas socialmente. O termo por nós utilizado remete ao clássico de Heleieth Saffioti, de 1969, “A mulher na sociedade de classes”, no qual ela identifica raça e “sexo” primeiro como caracteres naturais e depois como marcas sociais que, cada qual a seu tempo, marginalizam determinados grupos. Nas palavras da socióloga, os “caracteres raciais e de sexo” são selecionados “para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada” (SAFFIOTI, 2013, p. 60).

Posicionamento decolonial e horizontalizado que dialoga com a teoria interseccional em que, no intuito de desmarginalizar as pesquisas, examina-se de “baixo” para cima, sem que isso signifique restringir as análises às individualidades pré-determinadas, mas voltando o olhar para a busca de entendimentos mais complexos e estruturantes das desigualdades dentro de um contexto mais amplo, mais global. Assim, os estudos estão inseridos no horizonte interpretativo estabelecido a partir dos ideais de equidade.

O presente artigo fundamenta-se, portanto, no diálogo entre hermenêutica reconstrutiva e interseccionalidade, levando em conta que a hermenêutica reconstrutiva tem a interpretação, a compreensão, a vida prática, o real linguístico e o ser humano como características principais. Caracteriza-se como uma abordagem de produção de conhecimento ampliada que, articulando-se com a racionalidade comunicativa, configura-se como um importante instrumento teórico e interpretativo para as pesquisas em educação, por carregar a possibilidade de compreensão do agir pedagógico, de produção e reprodução de sentidos confiáveis, por meio de acordos coletivos voltados ao bem comum (DEVECHI; TREVISAN, 2010). Tal perspectiva auxilia na compreensão das diferentes nuances que a proposta interseccional pode desvelar, quando empregada em diferentes estudos educacionais.

A interseccionalidade teórico-metodologicamente surge sob o propósito da justiça social, propondo a realização de análises “de baixo para cima”, ou horizontalizadas, contrárias às universalizações hegemônicas, verticais, que podem tensionar estruturalmente o *status quo* e tornar mais possível uma abordagem focada na equidade. Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 11) destacam que, como mostrou Kimberlè Crenshaw, “o objetivo dos estudos interseccionais é contribuir para iniciativas de justiça social”. A interseccionalidade é, portanto, vislumbrada como “um constructo da justiça social, não como uma teoria da verdade desconectada das preocupações com a justiça” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 112).

A interseccionalidade pode ser utilizada na análise de sistemas de poder² (patriarcalismo, racismo e capitalismo, etc.), e também dos marcadores sociais, como os de gênero, raça e classe, por exemplos; e ainda ser admitida como referencial interpretativo dos estudos, como o paradigma utilizado para explicar os fenômenos sociais pesquisados (COLLINS, 2019). Coloca-se como uma lente para auxiliar na compreensão das realidades supostas nas pesquisas.

Quando se propõe que as análises ocorram das margens para o centro, ou de “baixo” para cima, contudo, não se está criando um modelo estático para os estudos interseccionais, mas buscando demonstrar a possibilidade de um maior aprofundamento quando o interesse é examinar a estrutura, os sistemas, a produção de desigualdades e privilégios e a construção das identidades. Pensar desse modo, é fazer do “outro” — entendido como estrangeiro, diferente — a referência, o princípio. Tratam-se de características da interseccionalidade que se aproximam da hermenêutica reconstrutiva, pontos comuns que permitem um fecundo e favorável diálogo para a pesquisas em educação, tanto teórica e epistemológica, quanto empiricamente.

Para discutir essa aproximação, organizamos o artigo em três partes. A primeira caracteriza a abordagem hermenêutica reconstrutiva, com destaque para sua compreensão de universalização discursiva; a segunda apresenta a interseccionalidade como perspectiva voltada à desmarginalização das análises do mundo da vida e das desigualdades, reposicionando o “outro” agora como centro. Por último, fazemos uma

² Utilizamos a expressão “sistemas de poder” para nos referirmos a racismo, patriarcalismo, machismo, classismo, capacitismo, nacionalismo, preconceitos diversos, uma vez que são configurações sociais, culturais e políticas que estruturam e são estruturados nas e pelas relações de poder inerentes à sociedade. Assim, damos destaque a uma visão mais relacional na qual observa-se não apenas um lado das relações, mas tanto o de dominação quanto de opressão. Escolha também em concordância com Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 250, grifos nossos) para as quais “raça, classe, gênero, sexualidade, idade, deficiência, etnia, nação e religião, entre outros, constituem sistemas de poder interdependentes, interseccionais ou mutuamente construídos. Enquanto categorias de análise, raça, gênero, sexualidade, classe e nação adquirem significado a partir das relações de poder do racismo, do heterossexismo, da exploração de classe e do nacionalismo”.

discussão articulada, avizinhando as perspectivas a partir de seus pontos comuns e de seus compromissos com as investigações que colocam falantes e ouvintes em posições horizontais na legitimação dos saberes.

Hermenêutica reconstrutiva e universalização discursiva

A proposta, segundo Habermas (2003a), para se pensar a hermenêutica diz respeito à razão comunicativa em ação, com diálogo e questionamentos, em que as pessoas agem, colaborativamente, em busca de propósitos comuns, tendo como referência o suposto mundo objetivo, social e subjetivo. Assim, nas interações comuns, cotidianas, o mundo da vida das/os sujeitos de linguagem é reconstruído nas relações coletivas, com o “outro” e consigo. A racionalidade comunicativa parte do discurso do conhecimento proposicional nos atos de falas, sendo contrária à racionalidade instrumental, em que não há uso comunicativo. A proposta traz um conceito mais amplo de racionalidade com conotações que, em última análise,

remontam à experiência central da capacidade de unir, sem coações, e de gerar consenso, por um discurso argumentativo em que diversos participantes superam a subjetividade inicial de seus respectivos pontos de vista e, graças a uma comunidade de convicções racionalmente motivada, asseguram, ao mesmo tempo, a unidade do mundo objetivo e a intersubjetividade do contexto em que desenvolvem suas vidas. (HABERMAS, 2003a, p. 27)

Habermas (1989) destaca que a/o intérprete deve atuar como agente comunicativa/o que precisa apresentar pretensões de validade a serem reconhecidas no discurso. Dando destaque ao papel ativo de quem interpreta, enxergando na/o intérprete a possibilidade de aprender nesse movimento de troca intersubjetiva. Para o autor, entendimento significa a obtenção de um acerto entre participantes de uma comunicação acerca da

validade de um proferimento, dizendo respeito ao reconhecimento intersubjetivo da pretensão de validade de falante que apresenta argumentos racionais diante das/os participantes da comunicação (HABERMAS, 2003b). Destaca-se o reconhecimento da capacidade e da autonomia de, e para, se interpretar, considerando conhecimentos prévios, a história e a capacidade interpretativa da/o ouvinte; no entanto com a necessidade de justificar as suas compreensões diante do “outro”.

Nesse sentido que, ao elaborar uma perspectiva baseada na racionalidade comunicativa, Habermas incorpora a historicidade da compreensão de Gadamer, estruturando-a com uma posição crítico-dialética em relação à hermenêutica, dando destaque ao entendimento de Gadamer quanto à interpretação, pois para ele essa tem a capacidade de tornar visível a compreensão do ser e, também, a estrutura do ser, ora invisível. A crítica de Habermas é realizada apontando, sobretudo, para a necessidade de se levar em conta a totalidade da vida social nas quais as relações são instituídas por meio de diálogos contextualizados que, por sua vez, são construídos sob relações de poder carregadas de movimentos e contradições refletidas nessas comunicações.

É partindo desse destaque interpretativo e intersubjetivo trazido, principalmente, por Habermas, e sua abordagem discursiva da hermenêutica que, no contexto das pesquisas qualitativas, se forja a hermenêutica reconstrutiva, desde o ponto de vista da racionalidade comunicativa, com a finalidade de

contribuir para explicitar os limites e possibilidade dos elementos que dão base aos fundamentos epistemológicos e ontológicos de cada abordagem. A partir de um horizonte comum, como lugar de fala ou possibilidade de aproximação das diversas abordagens teóricas, é possível superar as ambiguidades das discussões que acabam criando mais um clima de animosidade do que, convenientemente, de concertamento. Na medida em que compreendemos as abordagens qualitativas para além dos seus detalhamentos, portanto, a partir de enfoques fundamentadores, podemos fazer a sua associação

com o mundo da vida, ultrapassando desse modo a compreensão negativa que poderia provocar a sua relação equivocada com o senso comum. (DEVECHI; TREVISAN, 2010, p. 150)

Desse modo, a hermenêutica reconstrutiva é aqui apresentada como recurso metodológico elaborado a partir da teoria reconstrutiva de Habermas, entendida como categoria estruturante do seu projeto de racionalidade comunicativa. Com foco na discussão da obra “Verdade e Justificação” (HABERMAS, 2004), sustenta-se na ideia de que a validade do saber exige a participação em um processo discursivo com o “outro”, sendo o objeto entendido não como algo a ser conhecido, nem apenas compreendido, mas como suposição de realidade situada como uma referência necessária ao entendimento.

A abertura e o reconhecimento do “outro”, na visão de Habermas, é a base para o agir comunicativo. A interação, mediada pela linguagem, só é possível pressupondo uma interação não coercitiva, em que toda aceitação e rejeição são bem-vindas na busca pelo entendimento. Porém, mesmo não havendo aceitação, o processo de aprendizagem prossegue, pois a não aceitação significa a necessidade de apresentação de melhores argumentos.

Essa capacidade e possibilidade interpretativa de práxis, de ação, abre espaço para que o texto possa, na verdade, ser reconstruído com base no “mundo da vida” das/os intérpretes, seus valores, conhecimentos. Trata-se de uma possibilidade de elaborar um outro texto que não invalida o primeiro, mas o torna mais “contemporâneo”, mais contextualizado e adequado. Um processo realizado por meio das relações intersubjetivas, na conversação que, não findo ou estanque, leva em conta todas/as/os sujeitas/os envolvidas/os e os contextos temporais e históricos. É uma ideia de reconstrução alicerçada nas relações que buscam intersubjetivamente a compreensão diante do mundo comum compartilhado.

Desse modo, o objetivo da abordagem hermenêutica reconstrutiva é permitir a resolução de problemas de maneira comunicativa, sem depender da determinação e dos limites dos sentidos, pois propõe que o

“outro” contemporâneo participe da validação do que está sendo apresentado.

De outra maneira, ela é fiel nesse ponto aos pressupostos da crítica por meios comunicativos, como consciência aguda de negação da alteridade, sejam minorias exploradas, movimentos sociais, povos que lutam pela sua independência e os diferentes. Sendo assim, enquanto a hermenêutica tradicional identifica a tradição com o conhecimento, limitando as possibilidades do compreender, ela propõe uma hermenêutica que se utiliza do processo de reflexão crítica. Compreende igualmente que a hermenêutica não deve ficar presa na substancialidade que o texto determina, e sim constatar e romper com as possíveis determinações por processos reflexivos. (DEVECHI; TREVISAN, 2010, p. 153)

A hermenêutica reconstrutiva surge nas pesquisas educacionais, portanto, conforme Catia Devechi e Trevisan (2010), para superar os problemas deixados por outras abordagens interpretativas. O caráter crítico nessa abordagem, encontra-se na comunicação interativa em busca de entendimento sobre algo problemático, pois esse só pode ser alcançado por meio de acertos construídos a partir de argumentações racionais, nas quais é intrínseco a competência de aceitação ou não das pretensões de validade apresentadas. As justificações ocorrem sempre de modo intersubjetivo, alicerçadas nas demandas do mundo compartilhado.

Para tanto, pensada como abordagem para pesquisas em educação, a hermenêutica reconstrutiva caracteriza-se por envolver a produção de dados pelo contato direto com a situação estudada, por enfatizar mais o processo do que o produto, preocupar-se em retratar a perspectiva das/os participantes da pesquisa e oferecer a abertura para a validação das interpretações diante do “outro”. Assim, segundo Repa (2008, p. 143), a produção de dados é proporcionada pela consciência de regra de falantes competentes “mediante procedimentos maiêuticos operacionalizados pelo

cientista, e não mediações de variáveis do comportamento linguístico, como na abordagem empírico-analítica”.

Essa abordagem permite uma análise mais contextualizada das situações com as quais pesquisadoras e pesquisadores se defrontam ao se abrirem para compreender diferentes realidades e (inter) subjetividades por meio da intersecção de marcadores sociais. Pesquisas com essa perspectiva, baseadas na “inclusão da subjetividade”, não podem, portanto, ser pensadas sem a participação da intersubjetividade (DEVECHI; TREVISAN, 2010, p. 150).

A hermenêutica reconstrutiva é, para além da questão metodológica, segundo Catia Devechi e Trevisan (2011), uma perspectiva teórica importante nos estudos acerca da formação de professoras e professores por possibilitar a interação comunicativa da multiplicidade interpretativa, na qual, as múltiplas vozes contribuem na busca por solução de problemas. Desse modo, “a proposta é produzida na contingência como expediente para a produção de novos proferimentos, não para ser mecanicamente aplicados às diferentes realidades, mas sobretudo para ser reconstruídos diante das necessidades das práticas vividas” (DEVECHI; TREVISAN, 2011, p. 414).

Ou seja, trata-se de um processo de reconstrução que não objetiva um fim em si mesmo, mas uma discursividade contínua a respeito da problemática. A pretensão repousa em, de acordo com a teoria discursiva de Habermas, empreender uma aprendizagem cíclica, uma vez que se entende, nessa perspectiva, “o discurso como possibilidade de uma aprendizagem sempre melhorada pelo embate crítico entre as múltiplas interpretações, fruto das diferentes experiências com o mundo” (DEVECHI; TAUCHEN, 2018, p. 10), por meio do qual se consegue superar os equívocos interpretativos que surgem no cotidiano. O conhecimento é assim, uma aprendizagem que acontece de maneira circular entre a experiência com o mundo e a experiência discursiva com o “outro”, o que pressupõem reconhecer a multiplicidade que compõe o ser humano em sua integralidade, logo, considerando as diferentes intersecções presentes na constituição das identidades das/os sujeitas/os.

A interseccionalidade reposicionando o “outro” das margens para o centro

Como conceito, a interseccionalidade surge no final dos anos 1980, quando a jurista negra norte-americana Kimberlê Williams Crenshaw sistematiza e dá nome a uma importante perspectiva do pensamento feminista negro estadunidense³. Essa construção, podemos dizer, surge de suas experiências pessoais, profissionais e, sobretudo, a partir das problematizações sociais e identitárias realizadas no interior dos estudos da teoria crítica da raça, tese que fundamenta grande parte de seus escritos.

O termo é registrado no artigo “Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas”, de 1989. Nele, a interseccionalidade é apresentada como método, a lente, que Kimberlé utiliza para problematizar as limitações das doutrinas, legislações antidiscriminatórias de raça e gênero dos Estados Unidos da América — EUA. Utilizando-se de uma análise de três casos nos quais mulheres negras representaram contra suas empresas empregadoras argumentos de tratamento desigual e discriminatório direcionados a elas, a autora mostra que o “cruzamento”, “composição” e “sobreposições” dos marcadores sociais de gênero e raça não são reconhecidos em âmbito judicial.

³ Aqui falamos, em especial, das mulheres negras estadunidenses, mas não atribuímos apenas a elas o pensamento interseccional, mesmo que seja algo tentador, conforme alertam Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), dada a discriminação histórica sofrida pelas mulheres de ascendência africana. Contudo levamos em conta o fato de que, conforme as autoras, elas não eram únicas, ao contrário, “faziam parte de alianças heterogêneas com chicanas, latinas, indígenas e asiático-americanas”, e esses grupos foram os primeiros a reivindicar “a interconectividade de raça, classe, gênero e sexualidade em suas experiências cotidianas, bem como a importância dessa análise interseccional para suas aspirações políticas.” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 97).

O primeiro caso analisado pela jurista data de 1976 e diz respeito a Ema DeGraffenreid e mais quatro mulheres negras que entram com uma ação contra a *General Motors*, empresa na qual são funcionárias, alegando que o sistema de antiguidade e política de dispensa da empresa (última pessoa contratada primeira demitida) perpetuava os efeitos do passado histórico de discriminação contra mulheres negras. A decisão do tribunal afirmou que elas só poderiam reivindicar do ponto de vista da discriminação de gênero, ou de raça, mas não a partir de uma combinação de ambos, pois isso, segundo o entendimento, geraria a criação de um “super remédio” jurídico ainda não previsto nas legislações. No segundo caso — também de 1976, a funcionária Willie Mae Payne entra com uma ação demandada por ela e mais duas mulheres negras⁴ em que apresentam queixa de discriminação racial por parte da empresa em relação ao quadro de trabalhadoras e trabalhadores negros/os. O diferencial desse caso é que a ação é coletiva, levantada em nome de todas as pessoas negras empregadas da farmacêutica *Travenol Laboratories*. Como resultado, o tribunal recusou que as duas mulheres fossem representantes de todo o corpo de funcionárias e funcionários negros/os, pois não retratavam os homens negros, portanto, deveriam restringirem-se à categoria de mulheres. No terceiro caso, de 1980, a funcionária negra Tommie Moore alegou que a empresa *Hughes Helicopter* praticava discriminação racial e de gênero em promoções a cargos de nível superior e de supervisão. Para isso, apresentou estatísticas que demonstraram a grande disparidade entre homens e mulheres, e entre homens negros e brancos (essa com menos desigualdade) em trabalhos de supervisão. Tommie Moore teve sua alegação desautorizada juridicamente sob os mesmos argumentos usados para o caso da *General Motors*.

A partir da análise dos casos, Kimberlé Crenshaw evidencia que as especificidades das mulheres negras não são consideradas e reconhecidas nos tribunais, os quais optam por manter a prevalência de uma análise unidimensional (sob o viés da raça ou do gênero, separadamente). Nas palavras da autora:

⁴ Delilah Cherry e Birdie Griffin.

Com as mulheres negras como ponto de partida, torna-se mais aparente como as concepções dominantes de discriminação condicionam-nos a pensar na subordinação como desvantagem que ocorre ao longo de um único eixo categórico. Quero ainda sugerir que este quadro de eixo único apaga as mulheres negras na conceitualização, identificação e remediação da discriminação racial e sexual, limitando a investigação às experiências de pessoas privilegiados do grupo. (CRENSHAW, 1989, p. 140, tradução nossa)

Ou seja, em relação ao gênero, as mulheres brancas; e à raça, os homens negros, não tornando possível a admissão de que as mulheres negras sofrem sexismo e racismo de modo “conjugado” e, por isso, necessitam de uma atenção diferenciada que considere essa especificidade para que possam encontrar defesa na lei frente às discriminações e injustiças que sofreram no ambiente de trabalho (CRENSHAW, 1989). Nas decisões dos tribunais o entendimento é de que as mulheres negras reivindicavam um tratamento “preferencial” que, para eles, é incoerente com a ideia de igualdade universal. Elas, observadas pelo sistema de justiça como seres duplos, não conseguem reivindicar sob o viés do gênero, pois a discriminação alegada não atingia a todas as mulheres, nem sob o viés da raça, porque a discriminação não atingia os homens negros.

As limitações apresentadas pelos tribunais fazem com que Kimberlé Crenshaw, aplicando as ideias do feminismo negro, apresente críticas às leis de antidiscriminação e sua negação às especificidades das mulheres negras, sistematizando, de uma forma didática, com vistas a tornar mais perceptível, o lugar diferenciado dessas mulheres, seu pensamento interseccional.

Considere uma analogia ao tráfego num cruzamento (intersecção), indo e vindo nas quatro direções. A discriminação, tal como o tráfego de um cruzamento, pode fluir num sentido, e no outro. Se um acidente

acontecer num cruzamento, pode ser causado por carros que viajam de qualquer uma das direções, de mais de uma, e, por vezes, de todas elas. Da mesma forma, se uma mulher negra for prejudicada por estar no cruzamento, o seu ferimento pode resultar de discriminação sexual ou discriminação racial. (CRENSHAW, 1989, p. 139, tradução nossa)

As mulheres negras, entendidas como esse “outro”, vivenciam as discriminações experimentadas por mulheres brancas e as experimentadas por homens negros, ou melhor, elas, como mulheres negras, vivenciam a “combinação” de ambas, não como uma soma de raça e gênero, mas como uma “unidade”, uma “conjugação”. Não se trata de uma compreensão aditiva, mas de pensar em como as estruturas se relacionam e modificam umas às outras, não é estático. Por exemplo, mulheres brancas tem desvantagem de gênero e privilégio de raça, então é pensar como a junção tem se relacionado para produzir a experiência ou fenômeno. A situação de imigração pode ser passageira, e uma vez sendo modificada, a situação de vulnerabilização permanece, na maioria das vezes, mas a condição foi modificada pela dinâmica das estruturas de subordinação. E, muito embora as questões referentes à raça e gênero possam ter um aspecto mais determinístico devido ao patriarcado heterossexual e ao racismo estrutural, também esse cruzamento pode gerar configurações diferentes em culturas diversificadas, e ainda assim continua sendo uma análise interseccional.

Então, o que ela propõe é trazer o “outro” — no caso de seus estudos, a mulher negra, das margens para o centro, para assim se pensar como as pessoas estão posicionadas na sociedade em decorrência de questões culturais, como as dos marcadores sociais, e também como os sistemas de poder estruturam essa hierarquização, essa pirâmide social na qual a mulher negra está na base. Assim, no cruzamento, na intersecção, pensada pela autora, as avenidas são os vários eixos de poder (raça, etnia, gênero e classe) que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos, e as dinâmicas do (des)empoderamento se movem nessas avenidas. Assim, quando ela fala em mapear as margens, levanta a necessidade de que

sujeitas/os excluídas/os marginalizadas/os sejam também considerados dentro do “mapa” das políticas públicas, ou seja, identificadas/os.

Destacamos, contudo, o alerta de Kimberlé Crenshaw para se “entender a interseccionalidade como um trabalho em andamento” e que, por isso, é preciso se “imaginar outros tipos de trabalho em que se possa empregar a interseccionalidade para realizar” (CARBADO et al., 2013, p. 305, tradução nossa). Essa afirmação se deve ao fato de que, embora tenha dado ênfase em seus textos às mulheres negras, não devem ser elas as sujeitas antropomorfiadas das pesquisas interseccionais. Desse modo, ela, assim como Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), faz um convite para se pensar em outras abordagens para uso da interseccionalidade. Kimberlé Crenshaw (2020, s.p.) diz que a interseccionalidade é “simplesmente sobre como certos aspectos de quem você é aumentarão seu acesso às coisas boas ou sua exposição às coisas ruins da vida”, logo, aplicável a diferentes espaços, sujeitas/os, objetos de investigação.

Trata-se de uma dinamicidade que se dá por meio de movimentos realizados em diferentes espaços e por diferentes indivíduos de “diferentes gêneros, etnias e orientações sexuais” que “tem movido a interseccionalidade para engajar uma gama cada vez maior de experiências e estruturas de poder”, o que destaca o fato de que ela “não está fixada em nenhuma posição social particular”, pois, como teoria, “pode e se move” (CARBADO et al., 2013, p. 305, tradução nossa). Assim, tomar o conceito para diferentes análises e articulações, sobretudo no campo acadêmico, traz amadurecimento teórico e metodológico à categoria analítica. Conforme as autoras e autores,

nenhuma aplicação particular da interseccionalidade pode, em um sentido definitivo, compreender a gama de poderes interseccionais e problemas que assolam a sociedade. Essa compreensão do trabalho em andamento da interseccionalidade sugere que devemos nos esforçar, continuamente, para mover a interseccionalidade para lugares

inexplorados. (CARBADO et al., 2013, p. 306, tradução nossa)

É com esse entendimento e parecer mais aglutinador que propomos uma ponte discursiva entre interseccionalidade e hermenêutica reconstrutiva. Para nós, é um posicionamento que reforça o potencial teórico e metodológico do conceito. Faz ressoar a importância do feminismo negro, dos movimentos sociais e das mulheres ativistas e intelectuais, uma vez que, ao ser empregada em outras investigações e articulada a outras teorias, pode desvelar as estruturas das dinâmicas de poder ainda não alcançadas, enriquecendo as pesquisas e o debate crítico acerca de verdades incontestáveis. Tal articulação pode ampliar e refinar possibilidades de estudo, considerando que “a interseccionalidade não se move apenas em relação à mudança de assuntos, mas se move de forma mais ampla como um prisma que liga e engaja subcampos acadêmicos, metodologias de pesquisa e investigações atuais” (CARBADO et al., 2013, p. 309, tradução nossa).

Uma ponte entre hermenêutica reconstrutiva e interseccionalidade

A interseccionalidade, cumpre destacar, teve muito sucesso com a sistematização realizada por Kimberlé Crenshaw, tendo em vista que o conceito foi amplamente difundido nos movimentos sociais e ganhou cada vez mais espaço dentro da academia. Contudo, em que pese a importância de um nome (COLLINS, BILGE, 2021), muito antes dessa categorização, as demandas das mulheres “de cor” já eram representadas: no movimento de mulheres, mostrando como a raça, etnia, trazia um abismo entre as pautas e reivindicações, e no movimento negro, sob a reivindicação de gênero, mostrando como a supremacia masculina e o sexismo as silenciavam. Então, as demandas dessas mulheres sempre foram apresentadas sob uma perspectiva interseccional.

Percebe-se, assim, que a ideia de trazer a mulher negra das margens para o centro das discussões e das análises, fundamento da interseccionalidade, não se condiciona ao identitarismo, mas à ideia de que ao se compreender as opressões da base, tem-se, de modo mais profundo, a compreensão das opressões de outros grupos (DAVIS, 2013), uma aproximação com o ideal de discursividade e intersubjetividade da hermenêutica reconstrutiva. Para Audre Lorde (2013, s. p.), a unicidade, integralidade, é uma das características mais importantes para um debate interseccional profundo, pois corrobora com a ideia de que interseccionar os sistemas de opressão e marcadores sociais não é apenas propor uma somatória, uma adição, mas buscar a profundidade das composições que os cruzamentos trazem.

Tais posicionamentos ratificam o pensamento de Sirma Bilge (2021, s. p.), em que a interseccionalidade “é uma ferramenta analítica, um enquadramento, para compreender como o poder opera na sociedade. É uma ferramenta para analisar o poder”. Assim, as pesquisas educacionais com a lente interseccional podem enxergar a educação em sua totalidade, em seu contexto, ou seja, levar em conta todas suas implicações históricas, culturais e sociais. Não deixar de lado as compreensões sociais que atravessam e moldam os sistemas de ensino, por exemplo, como a questão da classe, da raça e do gênero. Observa, nesse sentido, as múltiplas problemáticas trazidas por esses marcadores, uma vez que o conteúdo social é construído pelas pessoas, pelas relações estabelecidas entre si, ou seja, é resultado da multiplicidade de interesses, necessidades conflitantes e, ao mesmo tempo, da reprodução do existente e da capacidade de criação do novo.

A hermenêutica reconstrutiva, articulada à interseccionalidade, pressupõe considerar que as relações são constituídas mutuamente, considerar suas ambiguidades e consensos e, assim, “conhecer os fundamentos das diferenças, particularidades, ao mesmo tempo em que revela que o movimento de contraposição, resistência está presente no desenvolvimento da realidade” (CARVALHO, 2014, p. 139). Numa perspectiva de classe, por exemplo, implica, “considerar não apenas a

dinâmica do movimento do capital, mas também seus meandros, suas articulações e os processos mediadores entre o geral e específico” (CARVALHO, 2014, p. 139).

Por esse motivo, é necessário levar em conta as articulações de marcadores sociais, como os de gênero, raça e classe, e a influência que exercem nas diferentes dinâmicas, instâncias, sujeitas/os do processo educacional. Esse pensamento possibilita ouvir as diferentes posições e buscar entendimento sobre mecanismos de acolhimento para grupos minorizados. Pensar, coletivamente, os preconceitos atuais e perenes que perpassam o ambiente escolar, acadêmico, como sexismo, machismo, racismo e preconceito de classe, por exemplo. Realizar pesquisas que destaquem a necessidade de se abordar não apenas o particular, mas tratar de problemas comuns, principalmente em se tratando de estudos em educação.

Levar em conta uma análise que considere o contexto de investigação é empreender, de acordo com Elma Júlia Carvalho (2014, p. 137), um estudo sobre as especificidades dos diferentes elementos, reconhecendo as particularidades, ao mesmo tempo em que se compreenda a impossibilidade de desconsiderar o que há de universal neles.

É nesse sentido que a interseccionalidade pode ser a lente interpretativa de análise das pesquisas, o referencial interpretativo, quando o que se almeja é compreender em profundidade os contextos investigados. As pesquisas com essa abordagem se voltam para a vida cotidiana, para o estudo de caso, para a descrição da realidade na perspectiva de quem as vive, para a diversidade de culturas, para as questões locais e regionais. Promovendo um resgate da “heterogeneidade [gênero, raça, etnia, grupo social] e a singularidade das experiências vividas e das visões de mundo, em oposição ao etnocentrismo cultural ou à hegemonia dos modelos únicos e universalizados” (CARVALHO, 2014, p. 136-137), um elemento fundamental da discursividade, por oferecer mais possibilidades para se evitar uma análise unidimensional.

Lançando mão de investigações que levem em conta as intersubjetividades e especificidades que trazem diferentes secções, pode-

se evitar de cair em armadilhas polarizadas e binárias presentes em muitas pesquisas educacionais. Tais estudos ao considerar apenas o gênero, por exemplo, acabam por abandonar a complexidade das relações sociais e suas articulações múltiplas, negando que tais marcadores são construções sociais históricas. Esse pensamento mostra, ademais, o perigo dos estudos que generalizam explicações para as diferenças, de cima para baixo.

Desse modo, deve-se buscar “entender não somente as dinâmicas de raça, classe e gênero, mas também como suas intersecções no mundo das vivências reais geram tensões, contradições e descontinuidades nas vidas cotidianas” (KINCHELOE; STEINBERG, 2009, p. 6 apud JACKSON, 2015, p. 245). Realizar estudos que generalizem explicações para as complexidades da educação é um dos perigos de se abordar marcadores sociais separadamente, pois “as significâncias de raça, classe e gênero são altamente dependentes do contexto social, como são as maneiras pelas quais cada uma gera impactos sobre as outras” (JACKSON, 2015, p. 245). Já quando se colocam as lentes da interseccionalidade, os estudos podem, por exemplo, “detalhar como os indivíduos vivenciam a educação de maneiras diferentes como consequência de gênero e, também, podem focalizar mais estreitamente suas experiências à luz de fatores como gênero, classe e etnicidade/raça” (JACKSON, 2015, p. 244-245).

É nesse sentido que a compreensão dos dados de uma pesquisa com a abordagem da interseccionalidade deve se dar na abertura para o discurso com “outro” e com os pares, estando a crítica no olhar desse “outro” que avalia, que aceita ou não, o que está sendo apresentado, características da hermenêutica reconstrutiva. Tal visão que não é aplicada apenas à construção dos dados, mas também em toda constituição teórica do estudo e na abordagem dos contextos diversos que cercam o tema estudado.

Considerações Finais

Patrícia Hill Collins, ao escrever seu livro “Pensamento Feminista Negro”, publicado originalmente em 1990, faz isso por meio de um trabalho intelectualmente rigoroso, com fundamentação teórica diversa, em que articula filosofia afrocêntrica, teoria feminista — com destaque para as ideias de Ângela Davis, bell hooks, Alice Walker e Sandra Harding, o pensamento social marxista, a sociologia do conhecimento, a teoria crítica e o pós-modernismo. Para ela, essa pluralidade é uma recusa à adoção de uma teoria única, dada a complexidade das interconexões entre raça, gênero e classe social na vida das mulheres negras. E, ao tratar especificamente da interseccionalidade, a autora, juntamente com Sirma Bilge, observa que tal abordagem, empregada metodologicamente, não elimina ou subestima as contradições entre as diferenças das distintas tradições políticas e acadêmicas de raça, classe, gênero etc., mas exigem que sejam negociadas. É, portanto, uma metodologia de base dialógica, discursiva, “que não admite nenhuma conexão pré-formatada” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 220). De tal modo que, “consequentemente, a heurística da interseccionalidade é um ponto de partida para a construção de solidariedades intelectuais entre formações acadêmicas distintas, mas inter-relacionadas” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 220).

É com essa mesma compreensão que propomos articular a abordagem hermenêutica reconstrutiva — advinda da teoria habermasiana, e, com isso, do pensamento moderno, à interseccionalidade, oriunda da teoria crítica racial, do feminismo, movimento negro, e, com isso do pensamento pós-moderno. Superar o separatismo intelectual e trazer os clássicos para dialogar com as teorias decoloniais vai ao encontro de seu pensamento, de que “a luta por justiça social é maior que qualquer grupo, indivíduo ou movimento social” e que “a injustiça social é um problema coletivo que requer uma solução coletiva” (COLLINS, 2019, p. 25). Assim, também o seja no ponto de vista intelectual, no fazer da pesquisa.

A interseccionalidade pode, para tanto, ser utilizada como referencial interpretativo, ferramenta analítica, devido a sua capacidade

averiguadora e sua capacidade de assumir várias formas, por ajudar na compreensão de uma grande gama de problemas. Conforme Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), encontra-se sempre aberta ao elemento surpresa. É por isso que focalizamos seu potencial de realização, “no que ela faz, não no que ela é” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 53), afinal não se trata de uma estrutura pronta a ser aplicada na pesquisa, mas que vai se desenhando a partir da realidade pesquisada. Assim, acrescentamos que a práxis crítica é uma importante característica a ser considerada nas investigações em educação, pois “desafia o *status quo* e visa transformar as relações de poder” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 53), auxiliando a repensar questões e instituições sociais importantes.

Nessa perspectiva, as diferentes realidades das e dos participantes da investigação, a partir dos marcadores de gênero, raça e classe etc., podem contribuir para a própria problematização acerca do que está se considerando. É assim que o caráter intersubjetivo de um estudo que leva em conta as diferenças como parâmetro para uma abordagem mais equânime de pesquisa cobra assumir uma postura comunicativa voltada ao entendimento, pautando-se nas diferentes realidades que coexistem no mundo, uma vez que a base da hermenêutica reconstrutiva é o reconhecimento do “outro”.

Com essa premissa, Habermas (2003a, p. 119) afirma ser “o mundo da vida, intersubjetivamente compartilhado, que constitui o contexto da ação comunicativa”. Assim, almejamos “ter como pressuposto a análise das crenças pela aceitação pública, como voz a ser levada em consideração em todas as decisões da vida pública”, uma vez que tais abordagens consideram não apenas o contexto, “mas uma ideia de universalidade, ou seja, o conhecimento é acordado diante dos interesses gerais, porém sempre suscetível de falibilidade” (DEVECHI; TREVISAN, 2010, p. 154).

É por isso que a produção de dados de pesquisas com abordagem hermenêutica reconstrutiva e com a lente da interseccionalidade leva em consideração o mundo da vida das pessoas que protagonizam a construção, reconstrução e a perspectiva intersubjetiva dos saberes a serem

desproblematizados. Para tanto, as metodologias e técnicas devem buscar garantir uma posição de participação. Assim, o interesse de aprofundar a construção do conhecimento de modo intersubjetivo orienta a busca por instrumentos que tem como característica a interação, o que deslegitima instrumentos que estabelecem relações hierárquicas entre pesquisadora, pesquisador e protagonistas do estudo. Deve-se buscar uma relação interativa que ganhe vida por meio da troca dialógica e argumentativa.

As metodologias e técnicas utilizadas são as mesmas das outras abordagens: questionário, entrevista, observação participante, narração, história de vida, estudo de caso, etnografia, pesquisa participante e pesquisa-ação; contudo com o diferencial de tratamento dos dados que deve buscar sempre “a validade diante do outro e do todo maior” (DEVECHI; TREVISAN, 2010, p. 159). Portanto, a diferença nessa abordagem está na posição da/o sujeita/o e na compreensão do objeto, e, para a hermenêutica reconstrutiva, a centralização está nas relações entre as/os sujeitas/os em que o objeto é referência comum do acordo, considerando que é por meio das considerações prévias de um mesmo mundo objetivo que os acordos se tornam possíveis. Ou seja, “a compreensão ocorre mediante a reflexão intersubjetiva dos problemas oriundos do mesmo mundo objetivo” (DEVECHI; TREVISAN, 2010, p. 159), sendo este possível apenas como suposição, pois mesmo na abordagem reconstrutiva só podemos acessar a realidade por meio da linguagem.

A compreensão crítica permite observar a realidade social na qual se está inserida e todas suas patologias e desigualdades, colocando em relevo fenômenos ideológicos em todas as instâncias da vida. É desse modo, que dialética e hermenêutica, em conjunto, são capazes de produzir racionalidades que se baseiam tanto em oposição quanto em mediação. Essa abertura crítica para o “outro”, a validação intersubjetiva, uma investigação que leva em conta as diferentes vozes, a possibilidade de reconstrução de saberes, sobretudo também a possibilidade de uma aprendizagem que visa a compreensão mútua, são contribuições da

hermenêutica reconstrutiva a orientarem também um olhar interseccional na pesquisa em educação.

Referências

- BILGE, Sirma. *Sirma Bilge e o desafio de encontrar a nós mesmos nas opressões que nos dividem* [Entrevista concedida a Nara Lacerda e Julia Abdalla]. Brasil de Fato Feminismo, [s. l.], 16 maio 2021.
- CARBADO, Devon W. *et al. Intersectionality: Mapping the Movements of a Theory*. Editorial Introduction. *Du Boi Review: Social Science Research on Race*, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 303-312, 2013. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/du-bois-review-social-science-research-on-race/article/intersectionality/1E5E73E8E54A487B4CCFE85BB299D0E6>. Acesso em: 27 jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1742058X13000349>. PMID:25285150 PMCID:PMC4181947
- CARVALHO, Elma Júlia G. Estudos comparados em educação: novos enfoques teórico-metodológicos. *Acta Scientiarum Education*, Maringá, v. 36, n. 1, p. 129-141, 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/19012>. Acesso em: 27 jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v36i1.19012>.
- COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.
- CRENSHAW, Kimberlé. Beyond Racism and Misogyny: Black Feminism and 2 Livre Crew. In: MEYERS, Diana Tietjens (Org.). *Feminist Social Thought: A Reader*. New York and London: Routledge, 1997. p. 246-263.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. University of Chicago Legal Forum, Chicago, v. 1989, 1989.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTp4SFXPnJZ397j8fSBOQ>. Acesso em: 27 jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review*, [s. l.], v.

43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/1229039>. Acesso em: 27 jan. 2023. DOI:

<https://doi.org/10.2307/1229039>.

CRENSHAW, Kimberlé. *She coined the term 'intersectionality' over 30 years ago*. Here is what it means for her today [Entrevista concedida a Katy Steinmetz]. Time, [s. l.], 20 fev. 2020.

DAVIS, Ângela. *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*. Portal Geledés, [s. l.], 12 jul. 2011.

DAVIS, Ângela. *Mulher, Raça e Classe*. [S. l.]: Plataforma Gueto, 2013.

DEVECHI, Catia Piccolo Viero; TAUCHEN, Gionara; TREVISAN, Amarildo Luiz. A figura do outro na educação comparada: Uma perspectiva de aprendizagem comunicativa. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, p. 1-15, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/jxHTxGGHs4FjqgGTR4B46LC/?lang=pt>. Acesso em: 26 de jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230055>.

DEVECHI, Catia Piccolo Viero; TAUCHEN, Gionara; TREVISAN, Amarildo Luiz. A figura do outro na educação comparada: uma perspectiva de aprendizagem comunicativa. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-15, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/jxHTxGGHs4FjqgGTR4B46LC>. Acesso em: 27 jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230055>.

DEVECHI, Catia Piccolo Viero; TREVISAN, Amarildo. Abordagens na formação de professores: uma reconstrução aproximativa do campo conceitual. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 409-516, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/bMskCWDphfpcb3czTXFTqrq>. Acesso em: 27 jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200008>.

DEVECHI, Catia Piccolo Viero; TREVISAN, Amarildo. Sobre a proximidade do senso comum das pesquisas qualitativas em educação: positividade ou simples decadência? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 148-161, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/qG87WzQBP9tQSmC5Y83gXTP>. Acesso em: 27 jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000100010>.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Revisão da tradução de Ênio Paulo Giachini. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

HABERMAS, Jürgen. *Verdade e Justificação: Ensaio Filosófico*. Tradução Milton Camargo Mota. Edições Loyola, 2004

HABERMAS, Jürgen. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la Acción Comunicativa, I: Racionalidad de la Acción y Racionalización social*. Madrid: Taurus, 2003a.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la Acción Comunicativa, II: Crítica de la Razón Funcionalista*. Madrid: Taurus, 2003b.

JACKSON, Liz. Comparações entre etnias, classes e gêneros. In: MARK, Bray; ADAMSON, Bob; MANSON, Mark (Orgs.). *Pesquisa em Educação Comparada: abordagens e métodos*. Brasília: Liber Livro, 2015. p. 225-254.

LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Tradução de Stephanie Borges. 1. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LORDE, Audre. *Não existe hierarquia da opressão* (1983). [S. l.]: Versão Rizoma, 2013.

REPA, Luiz. *A Transformação da Filosofia em Jürgen Habermas: Os papéis de Reconstrução, Interpretação e Crítica*. São Paulo: Singular Esfera Pública, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Data de registro: 07/01/2022

Data de aceite: 15/03/2022